



FÓRUM

Permanente de Eficiência da

GESTÃO TRIBUTÁRIA

2º ENCONTRO

8 DE JUNHO - 9h

Justificativa

Não é de hoje que os índices de congestionamento do Poder Judiciário vêm ensejando o aperfeiçoamento de medidas de incentivo à desjudicialização de determinadas matérias, notadamente quando os meios alternativos adotados permitem uma gestão célere, econômica e eficiente da situação constatada.

A cobrança fiscal bem se amolda a esse novo olhar.

Nesse passo, a eficiência na recuperação do crédito tributário igualmente dialoga com as possibilidades de atuação existentes no âmbito administrativo, permitindo-se direcionar ao Poder Judiciário apenas os casos nos quais o acionamento da jurisdição estatal mostra-se a via mais oportuna.

Como consequência dessa visão mais ampla, tem-se por essencial o estímulo da excelência na gestão e no planejamento de todo o processo de trabalho empregado entre a constituição do crédito tributário e a sua satisfação.

Para tanto, as instituições envolvidas devem estar em constante diálogo e buscar a implementação de rotinas de eficiência.

É nesse contexto, portanto, que o Fórum Permanente de Eficiência da Gestão Tributária, do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, objetiva, com a valiosa colaboração dos demais entes atuantes na área em destaque, o debate de políticas para o desenvolvimento de práticas administrativas no controle e planejamento extrajudicial e judicial.

Objetivos

- Incentivar o debate crítico ao desenvolvimento de práticas administrativas de controle e planejamento extrajudicial e judicial.
- Acompanhar temas em evidência voltados ao aprimoramento da gestão de processos administrativos e judiciais nas esferas municipais e estadual.
- Incentivar a reflexão sobre a adoção de métodos alternativos e inovadores para otimizar a prestação jurisdicional.
- Estimular o desenvolvimento de mecanismos de gestão e governança, buscando o fortalecimento do sistema de justiça.
- Intensificar o permanente aperfeiçoamento do Poder Judiciário.

Segundo Encontro

Instalado em 27/10/2020, o Fórum já tem data marcada para o **segundo encontro: 08/06/2021, a partir das 9h.**

A edição será realizada em meio virtual (videoconferência) e contará com oficinas temáticas para debates e reflexões sobre métodos extrajudiciais de recuperação do crédito tributário, assim sugeridas:

1) Protesto extrajudicial como ferramenta eficiente para a cobrança de débitos fiscais: sem dívida, havendo o inadimplemento, além do ajuizamento da cobrança fiscal, existem outros meios mais rápidos de promover a arrecadação. Um deles é o protesto extrajudicial do débito fiscal. A oficina contará com a apresentação de boas práticas e espaço para perguntas e respostas sobre o tema e ações realizadas no âmbito das municipalidades ou do executivo estadual.

2) Transação Tributária: considerada uma evolução do parcelamento, pois acrescenta a viabilidade de negociação e de análise concreta dos créditos, atendendo à função social dos tributos, a transação tributária oportuniza às Fazendas Públicas uma nova proposta de recuperação dos valores inscritos em dívida ativa, sem se valer ou nele continuar, do remansoso processo judicial fiscal. A oficina contará com a apresentação do modelo de transação tributária adotado pelo município de Blumenau, premiado no Inovare de 2020, bem como espaço para perguntas e respostas sobre o tema e ações realizadas no âmbito das municipalidades ou do executivo estadual.

3) Cobrança administrativa: a normatização das ações a serem realizadas pelos setores de cobrança administrativa e da dívida ativa constituem boas práticas da Administração Municipal. Sabe-se também que a atuação da Administração Pública na esfera da cobrança das dívidas deve fundar-se igualmente em infraestrutura suficiente ao alcance célere e eficaz de suas finalidades. A oficina será capitaneada pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina, o qual fará importante apresentação de ações voltadas à eficiência da cobrança administrativa do crédito tributário, abrindo-se o espaço para debates sobre boas práticas efetivadas no âmbito dos municípios.

Inscrições

<https://academiavirtual.tjsc.jus.br/login/>

Programação

08 | JUN

ABERTURA

9H

Considerações sobre o Fórum Permanente de Eficiência da Gestão Tributária

AUTORIDADES

Des. Ricardo José Roesler

Presidente do TJSC

Adircélio de Moraes Ferreira Júnior

Presidente do Tribunal de Contas - TCE/SC

Duração: 5 minutos cada.

PALESTRA PRINCIPAL

9H15

PL 4257/2019 – Juízo arbitral na execução fiscal e execução extrajudicial da dívida ativa

Antonio Anastasia

Senador da República

Duração: 30 minutos.

INTERVALO

9H45

Intervalo para abertura das oficinas temáticas

O participante deverá entrar na oficina na qual se inscreveu, conforme link e orientações indicadas no ato da inscrição.

Duração: 15 minutos.

OFICINAS TEMÁTICAS

10H

PALESTRANTES E MODERADORES

1) Palestrantes na oficina:

Josiani Inês Bombazar, Fiscal de Rendas e Tributos do Município de Criciúma, e Guilherme Gaya, Presidente do Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil (IEPTB) - Seção SC e Tabelião do 1º Tabelionato de Notas e Protestos de Joinville.

Moderador da oficina temática "Protesto extrajudicial como ferramenta eficiente para a cobrança de débitos fiscais":

Rafael Maas dos Anjos, Juiz-Corregedor do Foro Extrajudicial da Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina.

2) Palestrantes na oficina:

Emanuel Schenkel do Amaral e Silva, Juiz de Direito da Comarca de Blumenau, Cleide Regina Furlani Pompermaier, Procuradora do Município de Blumenau, e Ângela dos Santos Farias, Procuradora do Município de Blumenau.

Moderador da oficina temática "Transação Tributária":

Bruno Makowiecky Salles, Juiz Auxiliar da Primeira Vice-Presidência do Poder Judiciário - Santa Catarina.

3) Palestrantes na oficina:

Maykon Carminatti de Freitas, Lucas Valente Favaretto e Hélio Silveira Antunes, Auditores do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE/SC.

Moderadora da oficina temática "Cobrança Administrativa":

Thaisy Maria Assing, Auditora do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE/SC.

Duração: 1 hora e 30 minutos.



PODER JUDICIÁRIO
de Santa Catarina